

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME  
ORGANIZADO - CSPCCO**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2016**

(Do Sr. Alexandre Baldy)

**Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim de debater ações integradas entre as instituições de segurança pública, ações de prevenção de violências, de repressão qualificada da criminalidade, culminando com a construção de um Pacto de Segurança Integrada.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão, a autorização para a realização de uma Audiência Pública, em data a ser definida, para debatermos ações de governança, ações integradas entre as instituições de segurança pública, ações de prevenção de violências, ações de repressão qualificada da criminalidade, culminando com a construção de um Pacto de Segurança Integrada.

Para a realização da audiência, solicito que sejam convidados os Senhores Secretários de Segurança Pública, dos estados signatários do protocolo de intenções, que elaboraram a Carta de Goiânia, em 10 de junho de 2016, por ocasião da realização do Encontro Brasil Central de Secretários de Segurança Pública, realizado em Goiânia/GO, conforme listagem a seguir:

**1 – José Eliton Figueiredo Júnior**

Vice-Governador e Secretário de Segurança Pública de Goiás

**2 – Cesar Roberto Simoni de Freitas**

Secretário de Segurança Pública do Estado de Tocantins

**3 – Márcia de Alencar Araújo**

Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal

**4 – Saulo de Tarso Pereira Ewerton**

Subsecretário de Segurança Pública do Maranhão

**5 – Gustavo Garcia Francisco**

Subsecretário Adjunto de Inteligência do Mato Grosso

**6 – Marcelo Vargas Lopes**

Delegado Geral da Policia Civil do Mato Grosso do Sul

**7 – Lindomar Beserra da Silva**

Gerente de Estratégia e Inteligência da Secretaria de Segurança Pública  
De Rondônia.

**JUSTIFICATIVA**

A atual situação da segurança pública exige medidas urgentes e contundentes para o correto planejamento, gestão, desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação dos resultados das políticas públicas de combate à criminalidade no âmbito federal, estadual e municipal. Há um conjunto de medidas necessárias para o enfrentamento da criminalidade que poderemos atuar de forma integrada. Destarte, muito poderão contribuir com bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Deputado Alexandre Baldy

PTN/GO